

Ana Luiza Nery
Rômulo Greff Mariani
Organizadores

Arbitragem e Processo Coletivo

Autores:

Aline Dias • Aluisio Berezowski • André Cordelli Alves • André Galhardo Palma • Antonio Carlos Nachif Correlô Filho • Arnaldo Wald • Augusto Tolentino • Bernardo Lima • Camilo Zufelato • Carolina Mota da Silva Telles • Cesar Pereira • Cláudio Finkelstein • Daniel Freitas Drummond Bento • Daniela Monteiro Gabbay • Danilo Brum de Magalhães Júnior • Eliana Baraldi • Eugênio Hainzenreder Junior • Fabiane Verçosa • Felipe Moraes • Felipe V. Sperandio • Giovana Perette Leites • Guilherme Setoguti J. Pereira • Gustavo Favero Vaughn • Humberto Santarosa de Oliveira • João Marçal Martins • Joaquim de Paiva Muniz • Júlia Merçon M. Athayde • Júlio César Fernandes • Kabir Duggal • Leonardo F. Souza • Luciano Benetti Timm • Luis Fernando Guerrero • Luis Tamborini • Luísa Calado Almendra • Marcela Kohlbach de Faria • Mateus Aimoré Carreteiro • Mateus Pires Zottarelli • Matheus Gallarreta Zubiaurre Lemos • Maurício Gomm Ferreira dos Santos • Paulo Macedo Garcia Neto • Pedro Lins Conceição de Medeiros • Peter Christian Sester • Rafaela Moraes • Renato Resende Beneduzi • Ricardo Ramalho Almeida • Riccardo Giuliano Figueira Torre • Rodolfo Farias Gomes • Rodrigo Bellotti Azevedo • Rodrigo Mendes de Araujo • Thiago Dias Delfino Cabral • Vinicius Pereira

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arbitragem e Processo Coletivo / Ana Luiza Nery e Rômulo Greff Mariani, organizadores. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-260-0867-6

1. Arbitragem (Direito) - Brasil 2. Arbitragem (Direito) - Leis e legislação - Brasil 3. Processo coletivo - Brasil I. Nery, Ana Luiza. II. Mariani, Rômulo Greff

22-120832

CDU-347.918(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Arbitragem e processo : Direito processual civil 347.918(81)

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
PREFÁCIO.....	9
NOTA DOS ORGANIZADORES.....	11
1. ARBITRAGEM, CONFIDENCIALIDADE E TUTELA COLETIVA DE DIREITOS.....	29
ALINE DIAS e JÚLIA MERÇON M. ATHAYDE	
1. A importância da confidencialidade como instituto na arbitragem...	29
2. A confidencialidade como conceito não inerente ao procedimento arbitral.....	32
3. Brevíssimos comentários sobre a arbitragem como método adequado de tutela coletiva de direitos.....	38
4. Princípio da publicidade dos atos processuais e a sua relevância na tutela coletiva.....	41
5. É possível compatibilizar os conceitos de publicidade e arbitragem?.....	44
6. Conclusão.....	52
Referências Bibliográficas.....	53
2. REFLEXÕES SOBRE A ANULAÇÃO DA SENTENÇA PROFERIDA EM ARBITRAGEM COLETIVA.....	57
ALUISIO BEREZOWSKI	
1. O sistema processual, seus microsistemas e suas intersecções.....	57
2. Arbitrabilidade dos direitos coletivos.....	59
3. A taxatividade do rol do art. 32 e a arbitragem coletiva.....	61
4. A anulação de sentença arbitral coletiva.....	64
5. Conclusão.....	66
Bibliografia.....	67

3. CLASS ARBITRATION NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	69
ANDRÉ CORDELLI ALVES e MAURICIO GOMM FERREIRA DOS SANTOS	
1. Introdução	69
1.1. Escopo do trabalho e abordagem do tema.....	69
2. <i>Class action</i> nos EUA.....	72
2.1. Pré-requisitos	74
2.2. Critérios para a manutenção da <i>class action</i> e modalidades de classes	77
2.3. Certificação, comunicado aos membros da classe e julgamento	80
2.4. Acordo nos autos.....	82
3. <i>Class arbitration</i> nos Estados Unidos da América	84
4. <i>Class arbitration</i> à luz da jurisprudência nos EUA.....	86
4.1. <i>Green Tree Financial Corp. v. Bazzle</i>	86
4.2. <i>Stolt-Nielsen SA v. AnimalFeeds International Corp.</i>	92
4.3. <i>AT&T Mobility v. Concepcion</i>	94
4.4. <i>Oxford Health Plans LLC v. Sutter</i>	97
4.5. <i>American Express Co. v. Italian Colors Restaurant</i>	99
4.6. <i>Lamps Plus Inc. v. Varela</i>	100
5. Conclusão.....	103
Referências bibliográficas	104
I. Teses	104
II. Artigos	104
III. Decisões Judiciais	105
IV. Legislação	105
4. A INDISPENSABILIDADE DE UM SUBSISTEMA DE ARBITRAGEM SOCIETÁRIA PARA COMPANHIAS ABERTAS.....	107
ANDRÉA GALHARDO PALMA e PETER CHRISTIAN SESTER	
1. Diante de uma divisão de águas	107
2. O subsistema da arbitragem com a administração pública como ponto de referência.....	112
3. Tese principal e pilares da arbitragem societária.....	114
4. Como criar o subsistema de arbitragem societária?	114
5. Fundamentação da tese	116

5.1.	Legislação e regulação específicas	116
5.2.	Eficiência de um subsistema de arbitragem societária	117
5.3.	Segurança jurídica de um subsistema de arbitragem societária.....	119
5.3.1.	A necessidade do efeito erga omnes e da concentração ...	119
5.3.2.	A necessidade de publicidade da sentença arbitral....	126
5.4.	Arbitrabilidade dos litígios societários	129
5.4.1.	Arbitrabilidade objetiva	129
5.4.2.	Arbitrabilidade subjetiva	130
6.	A necessidade da concentração de certas demandas	133
6.1.	Arbitragem <i>ut singuli</i> (artigos 246, § 1º, e 159, § 4º, da Lei das S.A.).....	133
6.2.	Arbitragem para a cobrança de danos em benefício.....	133
6.3.	Arbitragem multiparte e coletiva.....	134
7.	Conclusão.....	136
5.	CONTROVÉRSIAS SOBRE OSCILAÇÃO DO VALOR DE AÇÕES E REPARAÇÃO DE DANOS RELACIONADAS A ARBITRAGENS COLETIVAS SOCIETÁRIAS.....	139
	ANTONIO CARLOS NACHIF CORREIA FILHO	
I.	Breve panorama	139
II.	Regime jurídico essencial	141
III.	Questões em processos judiciais relacionados	143
III.1.	Petrobras.....	143
III.2.	Vale	145
III.3.	IRB.....	147
IV.	Posições na doutrina	149
IV.1.	Dano indenizável.....	149
IV.2.	Não indenizável.....	151
V.	Posições na jurisprudência.....	154
V.1.	Dano indenizável.....	154
V.2.	Não indenizável.....	157
VI.	Comentários e possíveis tendências sobre controvérsias	160
VI.1.	Responsabilidade da companhia e nexos causal (dano direto ou indireto ao acionista?).....	161
VI.2.	Certeza e extensão do dano.....	166

VII. Considerações finais.....	170
Referências bibliográficas	171
6. A RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA E A ARBITRAGEM DE CLASSE	173
ARNOLDO WALD	
1. Introdução	173
2. Responsabilidade das Companhias	174
3. A Legislação.....	175
4. Algumas considerações de Direito Comparado.....	179
5. Posições doutrinárias	182
6. Conclusões	185
7. ARBITRAGENS COLETIVAS E ARBITRAGENS INDIVIDUAIS: INTERAÇÃO, CONEXÃO, LITISPENDÊNCIA E SUSPENSÃO	187
AUGUSTO TOLENTINO e DANIEL FREITAS DRUMOND BENTO	
1. Considerações iniciais	187
2. As regras procedimentais da arbitragem no Brasil	190
3. As interações entre as arbitragens coletivas e as arbitragens individuais	192
3.1. Litispendência	193
3.2. Conexão	196
3.3. Suspensão das arbitragens individuais	205
4. Considerações finais.....	208
8. CONEXÃO (E LITISPENDÊNCIA?) ENTRE PROCEDIMENTOS ARBITRAIS INDIVIDUAIS E PROCEDIMENTO ARBITRAL COLETIVO.....	209
BERNARDO LIMA	
1. O problema.....	209
2. Premissas.....	210
2.1. Inexistência de litispendência entre procedimentos arbitrais coletivos e procedimentos jurisdicionais – arbitrais ou não – individuais	210
2.2. As regras atributivas de soluções para os problemas decorrentes das interações entre demandas coletivas e individuais, dadas pelo Código de Processo Civil e pelo microsistema de processo coletivo não incidem sobre procedimentos arbitrais	213

3. As consequências atribuídas pela lei processual brasileira à conexão entre processo coletivo e processos individuais	214
4. O regime da conexão na arbitragem.....	216
5. A conexão entre procedimentos arbitrais coletivos e procedimentos arbitrais individuais.....	218
6. Nota conclusiva.....	221
Referências	221
9. LIQUIDAÇÃO NA ARBITRAGEM COLETIVA SOCIETÁRIA BRASILEIRA.....	223
CAMILO ZUFELATO e DANIELA MONTEIRO GABBAY	
1. Introdução.....	223
2. Arbitragem coletiva societária no Brasil: admissibilidade.....	224
3. Liquidação no processo coletivo brasileiro: um sistema em evolução...	231
4. Liquidação na arbitragem coletiva societária: sentença líquida, com base no regime especial da Lei 7.913/1989 e nas boas práticas da tutela coletiva	238
5. Sentença arbitral coletiva <i>erga omnes, secundum eventum litis e in utilibus</i>	246
6. Conclusão.....	249
7. Referências	250
10. ARBITRAGEM COLETIVA SOCIETÁRIA: ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS?	253
CAROLINA MOTA DA SILVA TELLES e GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA	
Introdução.....	253
I. Definição de arbitragem coletiva societária e necessidade de regulação da matéria.....	255
II. Algumas problemáticas	257
a) Confidencialidade e informação ao mercado	257
b) Intervenção de terceiros	264
c) Constituição do tribunal arbitral.....	266
d) Representatividade adequada das partes	267
e) Custos, despesas e financiamento da arbitragem por terceiros.....	270
Conclusão.....	273
Referências	274

11. A PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM ARBITRAGENS COLETIVAS	277
CESAR PEREIRA e LEONARDO F. SOUZA	
1. Introdução.....	277
2. Objeto da pesquisa e histórico da literatura.....	278
3. O Ministério Público em processos coletivos.....	280
4. Possibilidade de participação do Ministério Público em arbitragens coletivas.....	282
4.1. Ministério Público em arbitragens sobre direitos individuais homogêneos.....	283
4.2. Ministério Público em arbitragens sobre direitos difusos e coletivos em sentido estrito.....	286
5. Ingresso do Ministério Público e os limites do procedimento arbitral.....	288
5.1. Quando o Ministério Público consente previamente com a arbitragem.....	289
5.2. Quando o Ministério Público não consente previamente com a arbitragem.....	292
6. O Ministério Público como parte.....	294
7. O Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	296
8. Conclusão.....	298
12. O HARD CASE DA REPARAÇÃO DE DANOS SOCIETÁRIOS POR ILÍCITOS EMPRESARIAIS	301
CLÁUDIO FINKELSTEIN	
I. Introdução.....	301
II. Legitimidade dos acionistas para a propositura de arbitragem em face da companhia.....	302
III. Responsabilidade da companhia perante os seus acionistas.....	305
1. Responsabilidade da companhia pelos atos de seus administradores e funcionários.....	305
2. Responsabilidade da companhia pela violação do seu dever de informação.....	307
3. Responsabilidade da companhia pela falha de manter mecanismos de controle interno eficazes.....	310
IV. Direito dos acionistas à indenização pelos ilícitos empresariais praticados pela companhia.....	310
V. Referências bibliográficas.....	315

13. ARBITRAGEM E DIREITO ANTITRUSTE: ENTRE A TUTELA COLETIVA E A TUTELA INDIVIDUAL	317
DANILO BRUM DE MAGALHÃES JÚNIOR e LUCIANO BENETTI TIMM	
I. Introdução	317
II. Arbitrabilidade objetiva do direito da concorrência brasileiro.....	320
III. Os limites da atuação do árbitro em face das autoridades estatais de defesa da concorrência: entre tutela coletiva e individual.....	332
IV. Conclusão.....	339
Referências	340
14. O PRINCÍPIO DO <i>FULL DISCLOSURE</i> E A CONFIDENCIALIDADE NAS ARBITRAGENS SOCIETÁRIAS ENVOLVENDO COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO À LUZ DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80, DE 29 DE MARÇO DE 2022	345
ELIANA BARALDI e LUISA CALADO ALMENDRA	
I. Considerações iniciais	345
II. Direito à informação: princípio do <i>full disclosure</i>	349
III. A confidencialidade na arbitragem.....	352
IV. Confidencialidade e o <i>full disclosure</i>	355
V. Anexo I da Resolução CVM n. 80: divulgação de demandas arbitrais.....	361
VI. Conclusão.....	367
Bibliografia	367
15. INSTITUIÇÃO E DEFINIÇÃO DAS REGRAS DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS POR MEIO DE ARBITRAGEM PREVISTA EM NEGOCIAÇÃO COLETIVA DO TRABALHO.....	371
EUGÊNIO HAINZENREDER JUNIOR e MATHEUS GALLARRETA ZUBIAURRE LEMOS	
1. Introdução	371
2. Breves considerações sobre as formas de solução de conflitos trabalhistas.....	373
3. Da hipossuficiência do empregado e do princípio da proteção no direito individual do trabalho	375
4. Da mitigação do princípio da proteção no âmbito do direito coletivo do trabalho: a negociação coletiva como modelo autocompositivo de solução de conflitos trabalhistas.....	379
5. Da arbitragem no Direito Coletivo do Trabalho.....	384

6. Instituição e definição das regras da participação nos lucros ou resultados por meio de arbitragem prevista em negociação coletiva do trabalho	387
7. Considerações finais.....	393
Bibliografia	394
16. A QUESTÃO DA PUBLICIDADE NAS ARBITRAGENS COLETIVAS SOCIETÁRIAS	397
FABIANE VERÇOSA	
1. Introdução.....	397
2. As ditas “Arbitragens Coletivas Societárias”	398
2.1. A atuação da associação como representante processual ou como substituta processual	403
3. Confidencialidade v. Publicidade na Arbitragem Coletiva Societária	405
4. A atuação da CAM B3 na administração de arbitragens coletivas societárias.....	409
5. A posição da CVM sobre a questão da publicidade nas arbitragens ...	411
5.1. A Resolução CVM nº 80/2022.....	415
6. Conclusão.....	418
7. Bibliografia	419
17. PUBLICIDADE E CONFIDENCIALIDADE NAS ARBITRAGENS COLETIVAS NO ÂMBITO DO MERCADO DE CAPITAIS.....	423
FELIPE MORAES	
I. Introdução.....	423
II. Arbitragem societária e governança corporativa	425
III. Sigilo empresarial e arbitragem societária.....	427
III.1. Análise do tema com o enfoque processual ou procedimental.....	428
III.1.1. Direito brasileiro e Lei Brasileira de Arbitragem.....	429
III.1.2. Regulamentos de Arbitragem e a Natureza Contratual do Sigilo	431
III.2. Análise do tema com o enfoque do direito societário: transparência e direitos dos acionistas	433
III.3. Análise do tema com o enfoque do direito do mercado de capitais: transparência e direitos dos investidores	437

III.3.1. Instrução CVM 80 e a Recente Imposição de Divulgação de Demandas Societárias	440
IV. Tutela coletiva de direitos individuais homogêneos no âmbito do mercado de capitais e sigilo: coexistência possível?	443
V. Conclusão	445
Bibliografia	446
18. ARBITRAGENS COLETIVAS NO DIREITO COMPARADO	451
FELIPE V. SPERANDIO e GIOVANA PERETTE LEITES	
1. Introdução	451
2. Modelos de arbitragem coletiva	452
2.1. O modelo americano	452
2.1.1. O caso <i>Green Tree Financial Corp. v Bazzle</i>	457
2.1.2. O caso <i>Stolt-Nielsen SA v Animal Feeds International Corp.</i> e outras decisões que restringiram o uso de arbitragens coletivas nos Estados Unidos.....	458
2.1.3. <i>AT&T Mobility LLC v Concepcion</i> e jurisprudência a respeito de <i>class waivers</i>	460
2.2. O modelo da Inglaterra.....	464
2.3. O modelo europeu.....	464
2.3.1. Alemanha.....	464
2.3.2. Espanha	466
2.3.3. Portugal	467
2.3.4. Holanda	468
2.4. O modelo brasileiro	468
3. Conclusão.....	470
Referências	477
19. THE U.S. CLASS ARBITRATION EXPERIENCE: POSSIBLE LESSONS FOR BRAZIL	483
GUSTAVO FAVERO VAUGHN, KABIR DUGGAL e MATEUS PIRES ZOTTARELLI	
I. Introduction	483
II. Class Arbitration: From the U.S. to Brazil.....	484
III. U.S. Leading Cases on Class Arbitration: Is There Something to be Learned for Brazil?	491
A. <i>Green Tree Financial Corp. v Bazzel</i> (2003).....	491
B. <i>Stolt-Nielsen S.A. v AnimalFeeds Int'l Corp.</i> (2010).....	494
C. <i>AT&T Mobility v. Concepcion</i> (2011)	496

D.	Oxford Health Plans LLC v. Sutter (2013)	498
E.	American Express Co., et al. v. Italian Colors Restaurant (2013).....	500
IV.	Conclusion	501
20.	A LEGITIMIDADE ATIVA NAS ARBITRAGENS COLETIVAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DISPOSITIVOS NORMATIVOS E DOS INSTITUTOS JURÍDICOS BRASILEIROS INCIDENTES NA ESPÉCIE	503
	HUMBERTO SANTAROSA DE OLIVEIRA	
1.	Notas Introdutórias	503
2.	Premissas do presente trabalho: a legitimidade extraordinária dos entes legalmente autorizados para a defesa dos direitos coletivos e a impossibilidade de análise da representatividade adequada.....	505
3.	Direitos difusos e coletivos <i>stricto sensu</i> : indisponibilidade do interesse é ínsita na resolução de disputas envolvendo referidos interesses	507
4.	Direitos individuais homogêneos são acidentalmente coletivos: a representação processual como pressuposto de sua defesa nas arbitragens coletivas e as exceções legais	513
5.	Conclusão.....	517
	Referências bibliográficas	518
	Sites Consultados	519
21.	O DEVER DE INFORMAR E A CONFIDENCIALIDADE NA ARBITRAGEM COLETIVA SOCIETÁRIA SOB A PERSPECTIVA DAS COMPANHIAS ABERTAS	521
	JOÃO MARÇAL MARTINS, RAFAELA MORAES e VINÍCIUS PEREIRA	
1.	Introdução	521
2.	A arbitragem como método de resolução de litígios societários	523
2.1.	A Lei das Sociedades Anônimas	524
2.2.	Arbitragem coletiva societária	525
3.	O dever de <i>disclosure</i> no direito societário e no mercado de capitais ...	527
4.	A confidencialidade na arbitragem.....	529
5.	A confidencialidade na arbitragem coletiva societária	531
6.	Os litígios envolvendo companhias abertas e a divulgação de informações relevantes	533

6.1.	O dever de informar das companhias abertas sob a perspectiva da CVM.....	534
6.2.	A confidencialidade na arbitragem envolvendo companhias abertas.....	535
6.3.	As consequências da não divulgação: breve exposição sobre a responsabilidade civil da companhia e dos seus administradores perante os investidores.....	538
7.	Conclusão.....	539
8.	Referências bibliográficas.....	540
22.	CLASS ARBITRATION NO DIREITO COMPARADO E PERSPECTIVAS PARA O BRASIL.....	545
	JOAQUIM DE PAIVA MUNIZ	
I.	“Arbitragem coletiva”: realidade atual.....	545
II.	Direito comparado.....	548
1.	América do Norte.....	549
2.	Espanha.....	552
3.	Holanda e Alemanha.....	553
4.	Colômbia.....	553
III.	Considerações sobre meios de melhoria das arbitragens sobre direitos coletivos e individuais homogêneos.....	554
	Bibliografia.....	557
23.	TUTELA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS NA ARBITRAGEM.....	559
	JÚLIO CÉSAR FERNANDES	
1.	Introdução.....	559
2.	Legitimidade ativa.....	561
3.	Vinculação dos legitimados ativos à convenção arbitral.....	566
4.	Competência territorial.....	568
5.	Formação do tribunal arbitral.....	569
6.	A questão da confidencialidade em arbitragens envolvendo direitos individuais homogêneos.....	571
7.	Custas e despesas.....	572
8.	Conclusão.....	574
	Bibliografia.....	574

24. ADESÃO À ARBITRAGEM E OS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS <i>STRICTO SENSU</i> E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS: “POR QUE VOCÊ É PÓ, E AO PÓ VOLTARÁ”	577
LUIS FERNANDO GUERRERO	
1. Introdução e Objetivo	577
2. Vinculação no Direito Coletivo <i>Lato Sensu</i> e Evolução nos Direitos Individuais Homogêneos.....	578
3. Direito Societário, Insolvência e Direito Ambiental.....	581
4. Conclusão.....	593
Bibliografia	593
25. CLASS ACTIONS IN ARGENTINA – COULD ARBITRATION HELP IN PUTTING THE PUZZLE TOGETHER?	597
LUIS TAMBORINI	
I. The Five Ws (and one H) of class action in Argentina	598
A. The What and the Why.....	598
B. The How, the Who, the When.....	600
II. The where: how arbitration fits in all this?	605
A. Changing public policy as first hurdle: consider arbitration as viable	606
B. So we have arbitration, now what?	608
III. The story of Argentina’s first class arbitration – Chronicle of a death foretold	610
A. A quick review of the procedural history.....	610
B. Conclusions to be Made.....	611
26. O CABO DE GUERRA LITISPENDENCIAL DAS AÇÕES SOCIETÁRIAS DERIVADAS: LEGITIMIDADE EXTRAORDINÁRIA, LITISPENDÊNCIA E O DESAFIO PRÁTICO DO ART. 246 DA LSA A PARTIR DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 185.702/DF	617
MARCELA KOHLBACH DE FARIA e RODRIGO BELLOTTI AZEVEDO	
1. Caso problema e lente analítica: substituição processual societária em perspectiva.....	617
2. Substituição Processual: Regime Jurídico do CPC/2015.....	619
a. Teleologia e desenvolvimento histórico do art. 18, CPC/2015	619

b.	Litispendência ‘ <i>substituto v. substituído</i> ’: configuração e proposta de resolução	621
c.	Litispendência ‘em espécie’: o que tem dito a doutrina e a jurisprudência?.....	625
3.	Substituição Processual: Regime Societário da Ação Derivada do art. 246, LSA.....	627
a.	Teleologia e Propósito do art. 246, LSA.....	627
b.	Litispendência: configuração e resolução.....	628
i.	Potencial resolução por reunião.....	628
ii.	Proposta de Enfrentamento da Litispendência: Extinção da ação posterior do substituído	630
1.	Motivo analítico (I): cronologia e respeito ao rito formal	631
2.	Motivo analítico (II): eficiência, adequação e incentivos econômicos	632
4.	Arremate final.....	633
5.	Bibliografia	634
27.	INDICAÇÃO DE ÁRBITROS E FORMAÇÃO DO TRIBUNAL ARBITRAL NAS ARBITRAGENS COLETIVAS.....	637
	MATEUS AIMORÉ CARRETEIRO e RODOLFO FARIAS GOMES	
1.	Introdução.....	637
2.	Breves comentários sobre as arbitragens coletivas	638
3.	Principais modelos de indicação de árbitros nas arbitragens individuais e multiparte.....	640
3.1.	Indicação de árbitros pelas partes	640
3.2.	Indicação de árbitros pela instituição arbitral.....	643
3.3.	Breves reflexões sobre as principais formas de indicação de árbitros nas arbitragens individuais e multiparte.....	645
4.	Particularidades e desafios para a indicação de árbitros nas arbitragens coletivas	647
5.	Modelos de indicação de árbitros em conflitos coletivos previstos no direito estrangeiro e por câmaras arbitrais internacionais	653
6.	Um modelo de indicação de árbitro nas arbitragens coletivas brasileiras	656
7.	Conclusão.....	658
8.	Referências bibliográficas	658

28. ARBITRAGEM COLETIVA E A CONEXÃO COM PROCEDIMENTOS INDIVIDUAIS: DESAFIOS DA REALIDADE BRASILEIRA	663
PAULO MACEDO GARCIA NETO	
I. A experiência brasileira de arbitragem coletiva.....	663
I.1. Comparação entre Brasil e Estados Unidos.....	665
II. Desafios da consolidação de procedimentos arbitrais coletivos e individuais conexas.....	669
II.1. O risco de decisões conflitantes e a eficiência do sistema....	669
II.2. O consentimento à consolidação.....	675
II.3. Confidencialidade	680
II.4. A escolha dos árbitros	682
III. Conclusão.....	684
IV. Bibliografia	685
29. A FIGURA DO AMICUS CURIAE NA ARBITRAGEM COLETIVA: CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE E LIMITES DE ATUAÇÃO...	689
PEDRO LINS CONCEIÇÃO DE MEDEIROS	
1. Introdução	689
2. Considerações preliminares sobre a admissibilidade da arbitragem coletiva no Brasil	691
2.1. Os desafios enfrentados pela arbitragem coletiva.....	691
2.2. Premissa fundamental da arbitragem coletiva no Brasil: observância do devido processo legal coletivo	699
3. A atuação do <i>amicus curiae</i> enquanto garantia essencial do devido processo legal coletivo.....	700
4. Questões procedimentais	703
4.1. A atuação do <i>Amicus Curiae</i> independe de autorização específica na convenção ou regulamento	706
4.2. O ingresso do <i>Amicus Curiae</i> pode ser espontâneo, provocado pelas partes ou solicitado pelos árbitros	707
4.3. Poderes do <i>Amicus Curiae</i>	707
4.4. Alocação dos custos decorrentes da atuação do <i>Amicus Curiae</i>	710
5. Critérios para admissibilidade.....	711
5.1. Contributividade	713
5.2. Qualificação objetiva.....	714
5.3. Independência	715

5.4. Transindividualidade do objeto da causa	716
5.5. Ausência de onerosidade excessiva às partes	716
6. Conclusão e sugestões para o futuro	717
Bibliografia	717
30. ANTEPROJETO “OCDE” SOBRE ARBITRAGENS COLETIVAS EN- VOLVENDO LITÍGIOS NO MERCADO DE CAPITAIS.....	723
RENATO RESENDE BENEDUZI	
1. Introdução: os relatórios ME/CVM e OCDE	723
2. Premissa: o sistema atual não funciona.....	724
3. Cinco princípios cardeais do projeto	726
4. Conclusão.....	733
5. Bibliografia	733
31. COISA JULGADA NA ARBITRAGEM COLETIVA	737
RICARDO RAMALHO ALMEIDA	
1. Introdução	737
2. A coisa julgada arbitral.....	739
3. A transposição da coisa julgada coletiva para o sistema arbitral.....	740
4. Conclusão.....	746
5. Bibliografia	746
32. BREVES NOTAS SOBRE A REGULAMENTAÇÃO E A EVOLUÇÃO DA ARBITRAGEM DE CLASSE NO BRASIL E NO DIREITO COM- PARADO	749
RICCARDO GIULIANO FIGUEIRA TORRE	
I. Introdução: a arbitragem de classe	749
II. A arbitragem de classe no Brasil.....	751
A) Arbitrabilidade objetiva nas arbitragens de classe.....	752
B) O consentimento nas arbitragens de classe	753
C) Publicidade e eficácia da sentença nos litígios societários ...	754
III. A arbitragem de classe no direito comparado	758
A) Arbitrabilidade objetiva nas arbitragens de classe.....	758
B) O consentimento nas arbitragens de classe	758
C) Eficácia da sentença nos litígios societários	760
IV. Conclusões	761

33. OS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS À ARBITRAGEM COLETIVA NO BRASIL: COMO SUPERÁ-LOS?.....	763
RODRIGO MENDES DE ARAUJO	
1. Considerações introdutórias	763
2. Arbitrabilidade objetiva.....	766
3. Arbitrabilidade subjetiva	769
4. Aspectos procedimentais.....	775
5. Conclusão.....	779
34. A LEGITIMIDADE DAS ASSOCIAÇÕES PARA A INSTAURAÇÃO DE ARBITRAGEM COLETIVA SOBRE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGENEOS.....	781
THIAGO DIAS DELFINO CABRAL	
1. Introdução	781
2. Arbitragem coletiva nos ordenamentos jurídicos estrangeiros	783
3. Arbitragem coletiva no Brasil	785
4. A legitimidade das associações para a instauração de arbitragem...	789
4.1. A legitimidade das associações para a instauração de Arbitragem Coletiva na qualidade de representante processual	791
4.2. A legitimidade das associações para a instauração de Arbitragem Coletiva na qualidade de substituto processual	791
4.3. O posicionamento do Tribunal de Justiça de São Paulo.....	794
4.3.1. O caso Estetic Center	794
4.3.2. O caso Petrobras	795
5. Conclusão.....	796
6. Referências	797